

**TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VÃO CONTINUAR
A LUTAR PELOS SEUS DIREITOS E PELA MELHORIA DA QUALIDADE
DOS SERVIÇOS**

**Por uma massiva participação na grande jornada de luta da CGTP-IN, no dia 5
de Junho**

A Frente Comum programou um conjunto de iniciativas, de onde se destacava a realização de uma greve geral na AP, na primeira semana de Junho, em defesa do vínculo de nomeação, do direito de negociação colectiva, contra o regime do contrato de trabalho em funções públicas e a precariedade, por uma actualização intercalar de salários e pensões e contra o ataque do Governo à Administração Pública e às funções sociais do Estado.

Com efeito, o Governo do PS, escudado na sua maioria absoluta na AR, fez aprovar diversos diplomas para retirar direitos adquiridos pelos trabalhadores, ao longo de mais de 30 anos de regime democrático, de onde sobressai a inconstitucional Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações.

Agora, na prossecução do objectivo de destruição da matriz progressista da Administração Pública saída do 25 de Abril, reconfigurando-a e tornando-a residual, contra os interesses do povo português (e em favor dos grandes grupos económico-financeiros), quer impor mais retrocessos sociais: agravar o Estatuto Disciplinar, acabar com as Carreiras Profissionais, desqualificar as posições remuneratórias, alargar o âmbito e degradar as condições dos contratos de trabalho em funções públicas e piorar a protecção social.

O projecto do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas é tão atentatório dos direitos dos Sindicatos e dos trabalhadores da AP, que pretende mesmo retirar-lhes o direito constitucional de negociação colectiva, remetendo-o para as confederações sindicais – nem o Código do Trabalho vai tão longe!...

E os retrocessos sociais não são exclusivos da AP, pois o Governo quer piorar ainda mais o Código do Trabalho de Bagão Félix.

Só a luta dos trabalhadores obrigou o Governo a recuar nalguns dos seus objectivos e a diminuir a gravidade de outros.

Por isso, a luta vai continuar...

Porque as intenções do Governo em torno do Código do Trabalho atingem transversalmente e de forma gravosa todos os sectores laborais, incluindo os trabalhadores da Administração Pública que no momento se confrontam com um verdadeiro Código de Trabalho agravado, a Frente Comum considera oportuna e necessária a decisão da CGTP em convocar uma jornada de luta para o próximo dia 5 de Junho, no sentido de alargar a luta e tornar possível uma resposta global dos trabalhadores a esta gravosa ofensiva.

Assim, a Frente Comum considera que os trabalhadores da Administração Pública não podem deixar de participar massivamente nesta jornada de luta, para além de continuar a equacionar a continuação do processo de luta que vem desenvolvendo pelas suas reivindicações específicas, designadamente contra as medidas legislativas em curso, que a seu tempo serão anunciadas.

- . Pelo direito de negociação colectiva e de participação dos trabalhadores
- . Contra o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas,
 - . Pela manutenção do vínculo de nomeação;
 - . Pela estabilidade no emprego e a defesa dos postos de trabalho;
 - . Pela revisão intercalar de salários;
 - . Contra a precariedade e os despedimentos sem justa causa
- . Contra a alteração ao actual regime de horários de trabalho
- . Contra a política de direita do Governo do PS, que afronta os trabalhadores, Administração Pública e os interesses do país.

2008-05-07

FCSAP